

A pressa andou devagar

O pacote do ajuste fiscal não chegou ao Congresso e lideranças governistas, aflitas em mostrar serviço, arriscam o palpite da aprovação do calhamço no prazo recorde de um mês – o novembro da abençoada convocação extraordinária do agonizante, beneficiado com enterro milionário da ajuda de custo e as coroas dos privilégios duplicados. Mas, o governo tem pressa, muita pressa de amaciar o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a demonstração de força política e a ratificação oficial do combinado, lá fora, no prévio acerto das condições, pendente do carimbo legislativo.

Aprendi, desde menino, o conselho da sabedoria popular, cunhado em sentença das mais conhecidas, que “a pressa é inimiga da perfeição”. A experiência completou o aprendizado, ensinando a distinguir a pressa necessária, para acudir a emergência do inesperado, da afobação mistificatória, expediente dos espertos para tapear os trouxas.

O governo tem pressa, muita pressa. A corda aperta o pescoço com os juros de 40% que multiplicam a dívida pública e não conseguem deter a fuga dos dólares da nossa desfalcada reserva cambial.

Por isso, o governo tem pressa, tanta pressa que não olhou para o chão e pisou em prioridades éticas, esquecidas na correria. Explicações esfarrapadas não escondem o rombo na credibilidade da proposta de descontos de 11% das aposentadorias e pensões dos servidores civis inativos que recebem menos de R\$ 1,2 mil, sendo que os ativos e inativos que percebem mais de R\$ 1,2 mil descontarão cota adicional de 9% sobre o que passar do mínimo – deixando de fora os militares, os senadores e os deputados. Paisanos de elite e fardados, com a derrubada da isonomia salarial, são categorias diferenciadas. E dá para adivinhar qual é a diferença. Como os parlamentares inativos, os militares reformados desfrutam as benesses de regime previdenciário especial.

Um dia, mais tarde, com calma, o governo promete cuidar do assunto. Se o bendito manto do esquecimento não cobrir o desconforto de bulir em vespeiros.

Esporeado pela urgência, o governo não encontrou vagares para, antes do aperto do lado mais fraco, manifestar a sua inconformidade com a escandalosa gastança turística dos desfrutáveis ministros do Tribunal de Contas da União. Ou a suspeita fúria da construção de palácios para os tribunais regionais do trabalho e tribunais regionais eleitorais, em desbragada expansão, quando a necessidade da Justiça Eleitoral permanente merece ser discutida em época de vacas magras. Na Praça do Três Poderes e arredores não sobra espaço para novos palácios e anexos. O despudor ostentatório fincou um paliteiro, como monumento ao desperdício.

Apressadinho, o governo não achou folga na agenda para a conversa sinalizadora de apelo à poupança com os presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais viciados na dissipaçāo do dinheiro da viúva.

Como o governo está com uma pressa danada, não teve tempo de consultar, com antecedência decorosa, a sua base parlamentar, antes de bater o martelo com o FMI. Não ouviu senadores, deputados, governadores. Servidos com marmita, nem todos se empanturraram com o prato feito e pipocam sinais de inconformismo. Governadores, eleitos ou reeleitos, contestam o aumento de 20% para 40% das transferências para o Fundo de Estabilização Fiscal. Resmungos, esperneios com a imposição de cortes em investimentos e demissões de servidores.

Dá para apostar que o Congresso não votará o pacote em novembro. Muita coisa ficará para o novo Congresso, a instalar-se em 1º de fevereiro. Depois de muita conversa, muitos remendos e muito cochicho.

A pressa do governo que andou tão devagar que consumiu mais de três anos do cacife político do atual mandato cuidando da reeleição e esquecendo as reformas, bate às portas do Congresso com pancadas que soam como advertência. Só o tolo repete o erro, e de graça.

Nenhuma crítica mais dura e contundente à pressa atrasada do que a que ecoou de Minas, na rispidez da cobrança do governador eleito, o ex-presidente Itamar Franco: “O erro da política econômica, o senhor presidente precisa confessar. Como se deu e por que se deu”. O desabafo dos ressentimentos deixa no ar a indagação irrespondível: “como foram totalmente destruídos os indicadores econômicos de 1994?”